

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	9
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	19

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	61
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	64
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	65

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.687.300.000
Preferenciais	0
Total	1.687.300.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	4.261.243	3.971.905	3.752.796
1.01	Ativo Circulante	828.720	564.132	394.661
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	438.542	209.436	56.060
1.01.03	Contas a Receber	51.972	44.495	32.059
1.01.06	Tributos a Recuperar	3	1.541	16.988
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	338.203	308.660	289.554
1.01.08.03	Outros	338.203	308.660	289.554
1.01.08.03.02	Outros Ativos Circulantes	3.587	4.080	4.557
1.01.08.03.04	Ativo de Contrato de Concessão	306.004	272.212	262.446
1.01.08.03.05	Depósitos Vinculados	18.988	23.910	15.260
1.01.08.03.06	Antecipação de dividendos	0	0	811
1.01.08.03.07	Sobressalentes	9.624	8.458	6.480
1.02	Ativo Não Circulante	3.432.523	3.407.773	3.358.135
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.432.021	3.407.084	3.357.419
1.02.01.04	Contas a Receber	403	202	1.174
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.431.618	3.406.882	3.356.245
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	2.473	2.290	2.115
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	1.472	1.515	2.126
1.02.01.10.05	Depósitos Vinculados	38.526	37.990	39.551
1.02.01.10.06	Ativo de Contrato de Concessão	3.389.147	3.365.087	3.312.453
1.02.03	Imobilizado	311	342	342
1.02.04	Intangível	191	347	374

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	4.261.243	3.971.905	3.752.796
2.01	Passivo Circulante	166.665	140.081	96.737
2.01.02	Fornecedores	17.044	7.195	5.025
2.01.03	Obrigações Fiscais	18.699	17.830	10.210
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	18.699	17.830	10.210
2.01.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	2.833	2.890	3.529
2.01.03.01.03	Tributos a Recolher	9.863	10.788	4.085
2.01.03.01.04	Encargos Setoriais	6.003	4.152	2.596
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	82.059	86.599	65.043
2.01.04.02	Debêntures	82.059	86.599	65.043
2.01.05	Outras Obrigações	47.174	25.592	13.074
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.541	3.804	79
2.01.05.02	Outros	40.633	21.788	12.995
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	40.633	21.788	12.995
2.01.06	Provisões	1.689	2.865	3.385
2.02	Passivo Não Circulante	2.230.118	1.986.349	1.856.011
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.209.758	1.245.754	1.261.446
2.02.01.02	Debêntures	1.209.758	1.245.754	1.261.446
2.02.02	Outras Obrigações	450.650	169.262	46.775
2.02.02.02	Outros	450.650	169.262	46.775
2.02.02.02.03	Fornecedores	38.845	49.442	46.775
2.02.02.02.05	Parcela de Ajuste	411.805	119.820	0
2.02.03	Tributos Diferidos	560.757	560.157	534.491
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	560.757	560.157	534.491
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contruição Social Diferidos	249.561	251.907	230.409
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	311.196	308.250	304.082
2.02.04	Provisões	8.953	11.176	13.299
2.03	Patrimônio Líquido	1.864.460	1.845.475	1.800.048

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.03.01	Capital Social Realizado	1.687.300	1.687.300	1.687.300
2.03.04	Reservas de Lucros	177.160	158.175	112.748
2.03.04.01	Reserva Legal	57.390	47.276	41.966
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	58.019	78.774	52.396
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	61.751	32.125	18.386

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	405.765	335.797	352.989
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-21.593	-35.268	-40.869
3.03	Resultado Bruto	384.172	300.529	312.120
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-26.129	-20.479	-20.658
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-28.422	-23.582	-23.848
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.293	3.103	3.190
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	358.043	280.050	291.462
3.06	Resultado Financeiro	-96.072	-139.125	-207.064
3.06.01	Receitas Financeiras	46.858	19.791	7.436
3.06.02	Despesas Financeiras	-142.930	-158.916	-214.500
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	261.971	140.925	84.398
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-59.701	-34.724	-29.681
3.08.01	Corrente	-62.047	-13.225	0
3.08.02	Diferido	2.346	-21.499	-29.681
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	202.270	106.201	54.717
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	202.270	106.201	54.717
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,12	0,063	0,032

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	202.270	106.201	54.717
4.03	Resultado Abrangente do Período	202.270	106.201	54.717

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	487.305	279.545	113.829
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	41.404	-16.054	-41.237
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	261.971	140.925	84.398
6.01.01.02	Remuneração do Ativo de Contrato de Concessão	-344.118	-338.397	-332.300
6.01.01.03	Juros Empréstimos e Debêntures	133.275	150.454	202.347
6.01.01.04	Amortização do custo de transação	4.325	4.311	4.276
6.01.01.06	Rendimentos sobre Depósitos Vinculados	-6.723	-5.771	-2.481
6.01.01.07	Provisão, reversão e atualização de Contingências	1.781	1.563	-1.678
6.01.01.08	PIS e COFINS Diferidos	2.889	3.529	4.052
6.01.01.09	Depreciação e amortização	191	176	149
6.01.01.10	Provisão de redução ao valor recuperável	40	99	0
6.01.01.11	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.269	2.606	0
6.01.01.12	Provisão de por indisponibilidade	-19.496	24.451	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	574.016	375.169	219.870
6.01.02.01	Contas a Receber	4.549	-38.521	1.794
6.01.02.02	Partes Relacionadas	2.737	3.725	715
6.01.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	0	0	80
6.01.02.04	Tributos a recuperar	1.355	15.272	-1.524
6.01.02.05	Ativo de Contrato de concessão	286.266	275.997	266.392
6.01.02.06	Fornecedores	-748	4.837	-16.092
6.01.02.07	Tributos a Recolher	-7.702	-1.361	-11.697
6.01.02.08	Provisões	-4.567	-4.206	-11.820
6.01.02.09	Encargos Setoriais	1.851	1.556	-6.519
6.01.02.10	Outros Ativos e Passivos	149	127	-1.459
6.01.02.11	Parcela de ajuste	291.985	119.820	0
6.01.02.12	Sobressalentes	-1.859	-2.077	0
6.01.03	Outros	-128.115	-79.570	-64.804
6.01.03.01	Juros Pagos	-72.888	-75.020	-66.622

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01.03.02	Depósitos Vinculados a Litígios	43	611	1.818
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuições social pagos	-55.270	-5.161	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	378	203	-257
6.02.01	Aquisição de Intangível	378	203	-257
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-258.577	-126.372	-122.957
6.03.01	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-105.248	-73.883	-58.364
6.03.04	Depósitos Vinculados a Empréstimos e Debêntures	11.109	-1.318	25.407
6.03.05	Dividendos Pagos	-164.438	-51.171	-90.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	229.106	153.376	-9.385
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	209.436	56.060	65.445
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	438.542	209.436	56.060

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.687.300	0	158.175	0	0	1.845.475
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.687.300	0	158.175	0	0	1.845.475
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-78.774	-63.878	0	-142.652
5.04.06	Dividendos	0	0	-65.364	0	0	-65.364
5.04.08	Distribuição de dividendos intercalares	0	0	0	-63.878	0	-63.878
5.04.09	Distribuição de Reservas	0	0	-13.410	0	0	-13.410
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	202.270	0	202.270
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	202.270	0	202.270
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	97.759	-138.392	0	-40.633
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	39.740	-39.740	0	0
5.06.04	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	58.019	-58.019	0	0
5.06.05	Distribuição de Dividendos	0	0	0	-40.633	0	-40.633
5.07	Saldos Finais	1.687.300	0	177.160	0	0	1.864.460

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.687.300	0	112.748	0	0	1.800.048
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.687.300	0	112.748	0	0	1.800.048
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-38.986	0	0	-38.986
5.04.06	Dividendos	0	0	-38.986	0	0	-38.986
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	106.201	0	106.201
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	106.201	0	106.201
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	84.413	-106.201	0	-21.788
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	19.049	-19.049	0	0
5.06.04	Distribuição de dividendos	0	0	0	-21.788	0	-21.788
5.06.05	Dividendos adicionais propostos	0	0	65.364	-65.364	0	0
5.07	Saldos Finais	1.687.300	0	158.175	0	0	1.845.475

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.687.300	0	161.026	0	0	1.848.326
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.687.300	0	161.026	0	0	1.848.326
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-90.000	0	0	-90.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-90.000	0	0	-90.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	54.717	0	54.717
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	54.717	0	54.717
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	41.722	-54.717	0	-12.995
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.736	-2.736	0	0
5.06.04	Distribuição de dividendos	0	0	0	-12.995	0	-12.995
5.06.05	Dividendos adicionais propostos	0	0	38.986	-38.986	0	0
5.07	Saldos Finais	1.687.300	0	112.748	0	0	1.800.048

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	452.423	402.410	404.072
7.01.02	Outras Receitas	452.423	402.410	404.072
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-28.962	-41.645	-56.299
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-28.962	-41.645	-56.299
7.03	Valor Adicionado Bruto	423.461	360.765	347.773
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	423.461	360.765	347.773
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	46.858	19.791	7.436
7.06.02	Receitas Financeiras	46.858	19.791	7.436
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	470.319	380.556	355.209
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	470.319	380.556	355.209
7.08.01	Pessoal	21.424	15.994	4.857
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	103.695	99.445	81.135
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	142.930	158.916	214.500
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	202.270	106.201	54.717

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Norte Brasil****Mensagem da Administração****Resultados 2023**

O ano de 2023 foi de grandes realizações e entrega de resultados consistentes. Mantivemos nossa resiliência e disciplina na operação e manutenção das instalações, bem como nas atividades financeiras e de engenharia com os níveis adequados de desempenho, com foco nas melhores práticas e visando principalmente a preservação da saúde e segurança de nossos colaboradores.

Ainda no pilar de segurança e cientes da necessidade de seguir com a construção de uma empresa responsável, seguimos investindo numa sólida agenda de novas tecnologias de monitoramento de atividades em campo, treinamento e capacitação de colaboradores próprios e terceiros e celebramos um ano com o menor nível da taxa de frequência de acidentes.

Reafirmamos ainda nosso compromisso com princípios de governança, com investimentos em gestão de riscos, compliance e avançamos com ações para garantir ainda mais um ambiente de trabalho seguro, inclusivo e acolhedor, com palestras de saúde, programas de incentivo a atividades físicas, com a ampliação da presença feminina em cargos de liderança e funções operacionais. Iniciativas fundamentais para o nosso sucesso de longo prazo.

Nosso desempenho econômico-financeiro segue consistente com um crescimento de 27,8% no EBITDA, alcançando R\$358,2 milhões, com uma margem de 88,3%, 4,8 p.p. superior a 2022, resultado da combinação da revisão tarifária de 3,94% (IPCA) e pela disciplina de gastos iniciada em 2022, que resultaram numa redução de custos operacionais em aproximadamente R\$9,4 milhões com serviços de terceiros, acrescidos do recebimento de indenização de seguros referente aos incidentes ocorridos em outubro de 2021 no montante de R\$6,2 milhões.

O índice de disponibilidade da linha de transmissão alcançou o patamar de 97,4%, já considerando os efeitos de indisponibilidade causados por atos ilícitos, reafirmando assim nosso compromisso e consistência com a eficiência operacional e gestão do ativo. Excluindo-se os efeitos não recorrentes, atingiríamos 98,6% de disponibilidade, o que reforça a resiliência e disciplina da operação da Companhia.

A dívida líquida teve uma redução de R\$269,6 milhões, ocasionada principalmente pelo aumento de caixa obtido em detrimento ao cumprimento de uma decisão judicial. Expurgando o efeito do caixa extraordinário, o indicador Dívida Líquida/EBITDA finalizou o exercício em 3,3x, uma redução de 0,9 p.p para o registrado em 2022.

Além disso, a Companhia distribuiu dividendos no montante de R\$164,4 milhões durante o exercício e projetamos um total de R\$95 milhões em dividendos para pagamento em 2024, demonstrando assim uma forte capacidade de geração de caixa e retorno aos nossos acionistas.

Seguiremos resilientes, engajados para a contínua jornada de crescimento e criação de valor, investindo no setor de transmissão, com foco na segurança, eficiência e sustentabilidade, garantindo o desenvolvimento da sociedade e a qualidade de vida de todos. Agradecemos a todos os colaboradores pelo comprometimento e dedicação e aos demais stakeholders pela confiança e contribuição para o aprimoramento contínuo da Companhia.

A Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Norte Brasil

Destaques



Lucro Líquido de R\$202,3 milhões, crescimento de **+90,5%** frente ao exercício de 2022.



Dívida Líquida de R\$822,7 milhões (-24,7% vs 2022)



Resultado Financeiro de R\$(96,1) milhões, redução de **30,9%** frente ao exercício de 2022.



Margem EBITDA de 88,3% (+4,8 p.p vs 2022)



Pagamento de dividendos de R\$164,4 milhões demonstrando a forte geração de caixa da Companhia

Indicadores Financeiros

(em milhares de reais)	2023	2022	Var.
Receita operacional líquida	405.765	335.797	20,8%
Custos e despesas operacionais	(50.015)	(58.850)	(15,0%)
EBITDA – CVM nº 527 (*)	358.234	280.226	27,8%
EBITDA Ajustado (**)	361.908	286.047	26,5%
Margem EBITDA	88,3%	83,5%	4,8 p.p
Margem EBITDA AJUSTADO	89,2%	85,2%	4,0 p.p
Resultado financeiro	(96.072)	(139.125)	(30,9%)
Lucro líquido	202.270	106.201	90,5%
Dívida Líquida (***)	822.661	1.092.242	(24,7%)
Dívida Líquida/EBITDA	2,3	3,9	(41,1%)
Dívida Líquida/EBITDA AJUSTADO	2,3	3,8	(40,5%)

(*) EBITDA padrão da CVM de acordo com a Instrução CVM nº 527 e EBITDA ajustado desconsiderando os impactos dos Itens não recorrentes.

(**) **Itens não recorrentes** são ocorrências extraordinárias que afetaram o resultado no período. Algumas despesas são incorridas por razões que não envolvem as operações normais de negócios e consequentemente, não afetam o ciclo operacional da Companhia.

(***) Dívida líquida: A dívida líquida corresponde aos empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa, TVM, aplicações financeiras e depósitos vinculados. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Norte Brasil

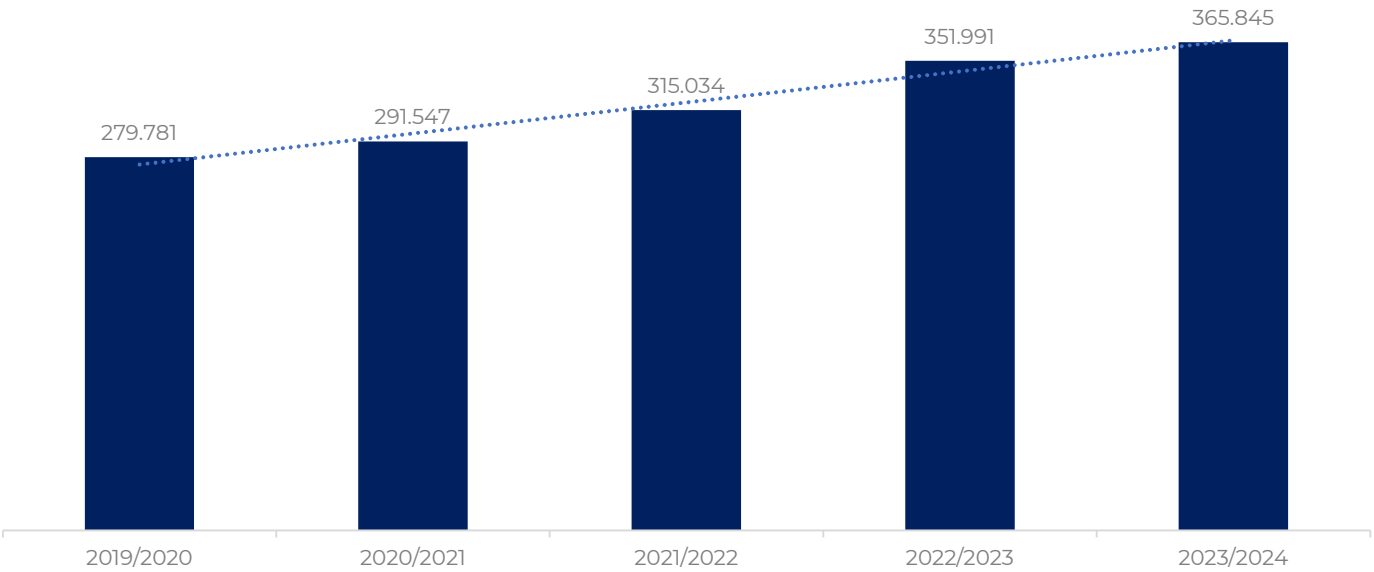
Sobre a Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

A Norte Brasil S.A. ("NBTE") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília - DF. A Companhia detém a concessão do serviço público de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão nº 007/2008 – ANEEL de 26 de fevereiro de 2009, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão de corrente contínua, na tensão de ±600 kV, com extensão de 2.411 km, tendo origem na subestação Coletora Porto Velho, localizada no estado de Rondônia e término na subestação Araraquara 2, localizada no estado de São Paulo. A linha de transmissão atravessa 85 municípios em 5 estados: Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, sendo uma das maiores linhas do mundo.

A Evoltz Participações S.A., sociedade controlada por fundos geridos pelo Ontario Teachers' Pension Plan Board, detém o controle da Companhia. Abaixo o resumo da concessão:

Nome	Extensão (KM)	Linha de Transmissão	RAP Ciclo 23-24 (R\$ milhões)	Data de Despacho	Início da Concessão	Fim da Concessão
NBTE	2.411 Km	LT CC 600kV Porto Velho / Araraquara	365.845	26/02/2009	04/11/2014	25/02/2039

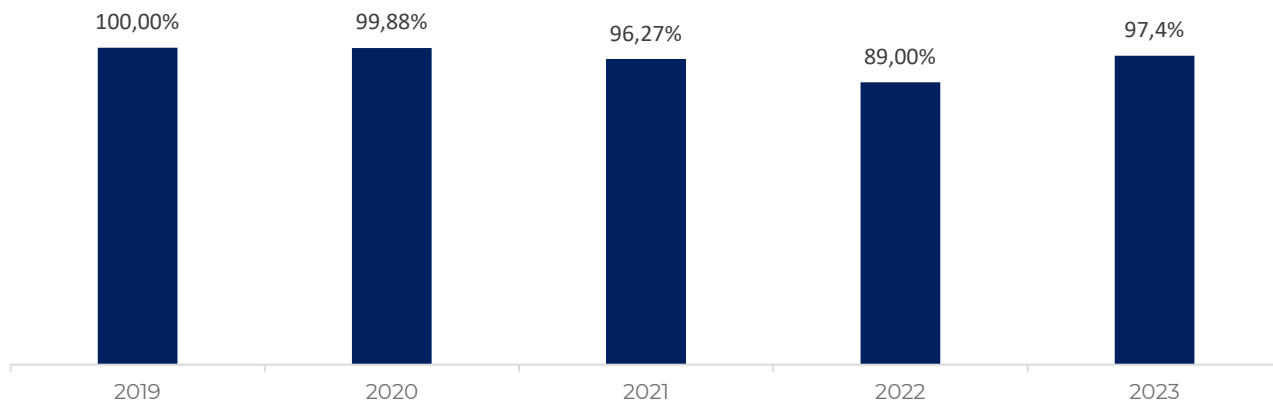
Evolução da RAP nos últimos ciclos



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Norte Brasil

Desempenho operacional

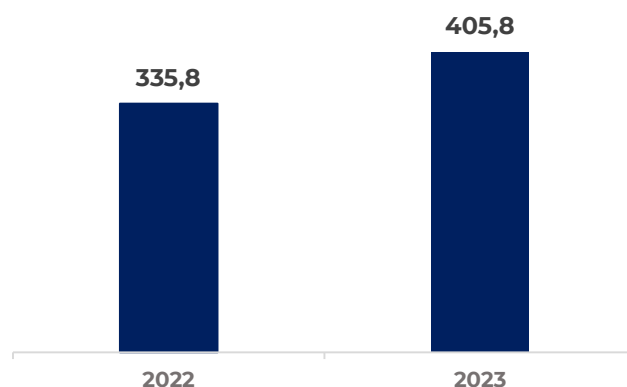


A Companhia demonstrou sua performance ágil e diligente em 2023, atingindo o total de disponibilidade de 97,4%, estando assim acima do limite estabelecido pela ANEEL (97%). A disponibilidade da Companhia foi impactada pelos atos ilícitos ocorridos em janeiro de 2023, onde houve queda de torre de sua linha de transmissão após ato de sabotagem em estrutura localizada no Estado de Rondônia, onde os estais de fixação da torre foram intencionalmente cortados. A Companhia de forma ágil mobilizou pessoas e materiais e em 13 de janeiro finalizou a recomposição da torre a linha de transmissão foi disponibilizada com sucesso, demonstrando a agilidade do time operacional a reconstrução foi realizada abaixo do período de franquia regulatória e a Companhia ficou isenta de qualquer desconto de parcela variável. Cabe ressaltar que expurgando o efeito do ato ilícito citado a Companhia atingiu 98,6% reforçando assim seu desenho operacional acima do limite.

Desempenho econômico-financeiro

Receita Operacional Líquida

A **Receita Operacional Líquida** encerrou o exercício com o total de **R\$405,8 milhões** sendo um aumento de **R\$70 milhões** comparado ao exercício de 2022. O incremento refere-se basicamente pela atualização da RAP em 11,73% para o ciclo 2022/2023 e a atualização para o ciclo de 2023/2024 em 3,94% e incremento de EUST no montante de R\$19,5 milhões



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Norte Brasil

Custos e Despesas operacionais:

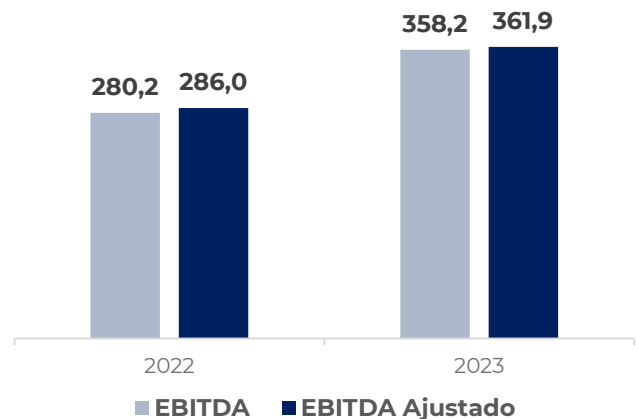
	2023	2022	Var.
Pessoal	(21.424)	(15.994)	34,0%
Serviços de terceiros	(19.747)	(31.180)	(36,7%)
Recuperação de despesas	6.279	1.055	495,2%
Provisão para devedores duvidosos	(7.269)	(2.606)	178,9%
Outros custos e despesas	(7.854)	(10.125)	(22,4%)
Total	(50.015)	(58.850)	(15,0%)

Os custos e despesas operacionais encerrou o exercício de 2023 no montante total de **R\$50 milhões** sendo uma redução total de **R\$8,8 milhões** comparado ao exercício de 2022, a redução se refere principalmente a: (i) Redução de **36,7%** basicamente pela eficiência nos custos de O&M representando uma redução de **R\$ 9,4 milhões** e (ii) Indenização de seguros recebida em dezembro de 2022 no montante de **R\$6,2 milhões** referente aos eventos incorridos em outubro de 2021, compensados parcialmente pelo aumento de despesa com pessoal no montante de **R\$5,4 milhões** que se refere a: (i) impacto da inclusão da Companhia no contrato de rateio do grupo Evoltz em março de 2022, como efeito de 10 meses em 2022 frente a 12 meses em 2023 e (ii) Reajuste salarial e novas contratações.

EBITDA

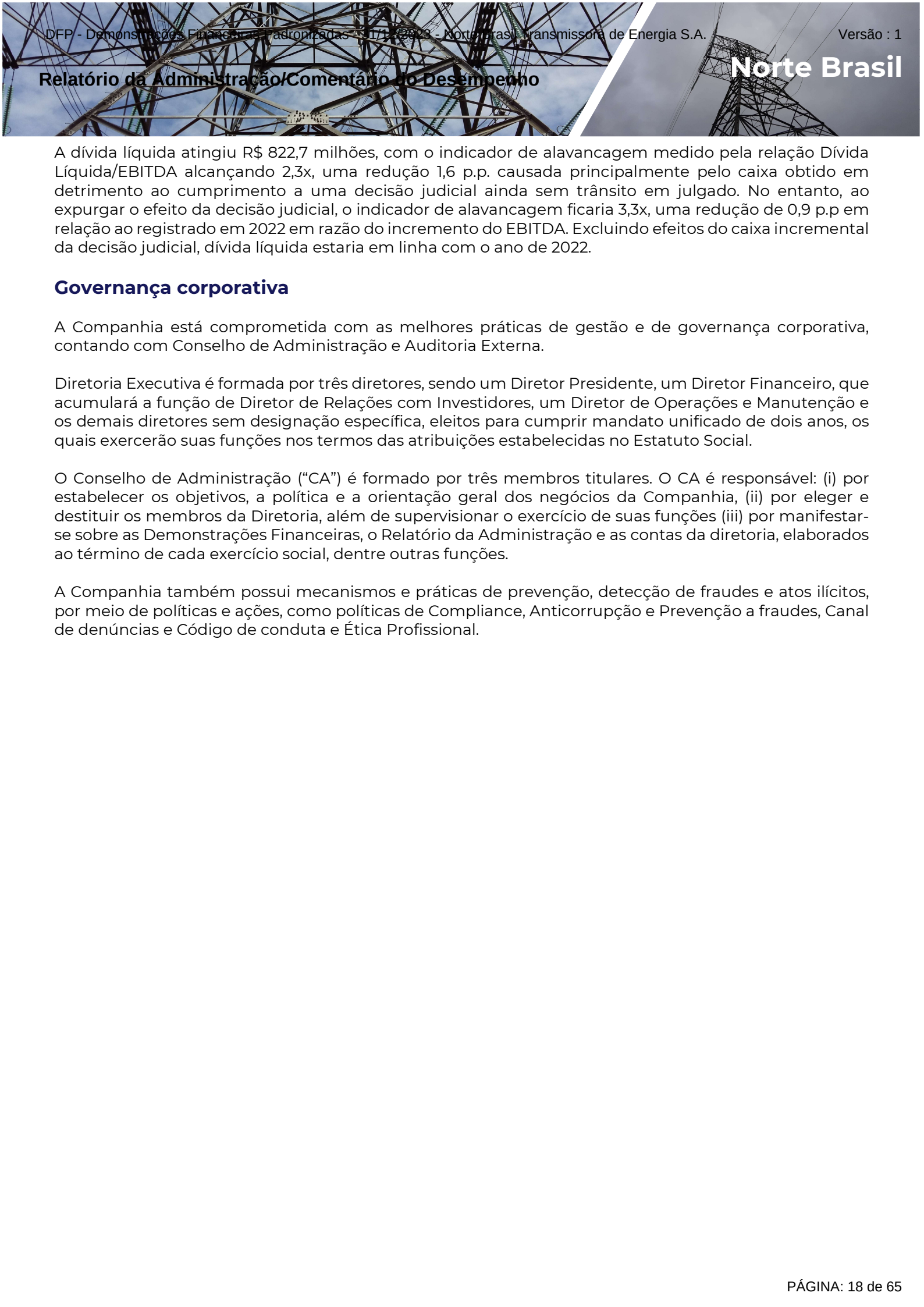
O **EBITDA** foi de **R\$ 358,2 milhões** no exercício de 2023, representando um aumento de 27,8% em relação aos **R\$ 280,2 milhões** apurados em 2022, explicado basicamente por: (i) atualização de RAP supracitada; (ii) redução de **R\$9,4 milhões** pela eficiência nos custos de O&M e (iii) recebimento de indenização de seguros referente aos incidentes ocorridos em outubro de 2021 no montante de **R\$6,2 milhões**, compensados parcialmente pela inclusão da Companhia no contrato de rateio de custos e despesas do grupo, em março de 2022, incrementando em **R\$5,4 milhões** o gasto com pessoal.

O **EBITDA Ajustado** é impactado principalmente pelas atualizações das contingências da Companhia nos períodos e se manteve em linha sem impactos significativos frente ao **EBITDA CVM**.



Endividamento			
(em milhares de reais)	2023	2022	Var R\$
Dívida bruta	1.318.717	1.363.578	(44.861)
Caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados	496.056	271.336	224.720
Dívida Líquida	822.661	1.092.242	(269.581)
Índice de endividamento líquido	44,1%	59,2%	(15,1 p.p)
Dívida Líquida/EBITDA	2,3	3,9	(1,6) p.p
Dívida Líquida/EBITDA AJUSTADO	2,3	3,8	(1,5) p.p

Em 2023 a dívida bruta encerrou no montante de R\$ 1,3 bilhão, e desta forma uma redução de R\$ 44,9 milhões em relação ao mesmo período de 2022. Tal redução se refere principalmente as amortizações realizadas no período no montante total de R\$110,0 milhões.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Norte Brasil

A dívida líquida atingiu R\$ 822,7 milhões, com o indicador de alavancagem medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA alcançando 2,3x, uma redução 1,6 p.p. causada principalmente pelo caixa obtido em detrimento ao cumprimento a uma decisão judicial ainda sem trânsito em julgado. No entanto, ao expurgar o efeito da decisão judicial, o indicador de alavancagem ficaria 3,3x, uma redução de 0,9 p.p em relação ao registrado em 2022 em razão do incremento do EBITDA. Excluindo efeitos do caixa incremental da decisão judicial, dívida líquida estaria em linha com o ano de 2022.

Governança corporativa

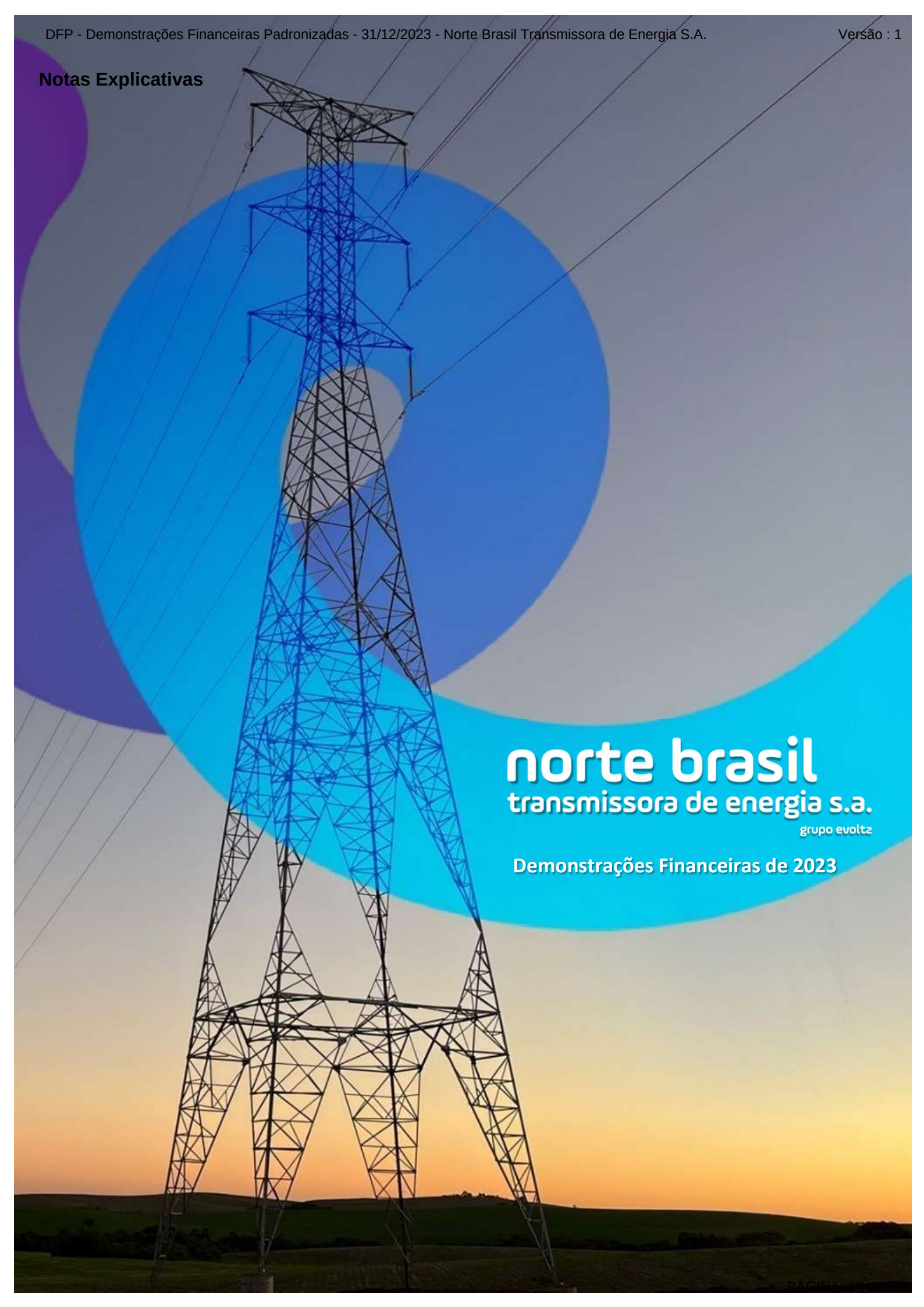
A Companhia está comprometida com as melhores práticas de gestão e de governança corporativa, contando com Conselho de Administração e Auditoria Externa.

Diretoria Executiva é formada por três diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, que acumulará a função de Diretor de Relações com Investidores, um Diretor de Operações e Manutenção e os demais diretores sem designação específica, eleitos para cumprir mandato unificado de dois anos, os quais exercerão suas funções nos termos das atribuições estabelecidas no Estatuto Social.

O Conselho de Administração ("CA") é formado por três membros titulares. O CA é responsável: (i) por estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia, (ii) por eleger e destituir os membros da Diretoria, além de supervisionar o exercício de suas funções (iii) por manifestar-se sobre as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e as contas da diretoria, elaborados ao término de cada exercício social, dentre outras funções.

A Companhia também possui mecanismos e práticas de prevenção, detecção de fraudes e atos ilícitos, por meio de políticas e ações, como políticas de Compliance, Anticorrupção e Prevenção a fraudes, Canal de denúncias e Código de conduta e Ética Profissional.

Notas Explicativas



norte brasil
transmissora de energia s.a.
grupo evoltz

Demonstrações Financeiras de 2023

Notas Explicativas**Índice**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações dos valores adicionados	11

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional	12
2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis relevantes	12
3. Uso de estimativas e julgamentos	18
4. Caixa e equivalentes de caixa	21
5. Contas a receber	21
6. Partes relacionadas	22
7. Tributos	22
8. Ativo de contrato de concessão	23
9. Depósitos vinculados	25
10. Fornecedores	25
11. Debêntures	26
12. Provisões	28
13. PIS e COFINS diferidos	30
14. Imposto de renda e contribuição social	30
15. Parcela de ajuste	31
16. Patrimônio líquido	32
17. Receita líquida	33
18. Custos e Despesas operacionais	34
19. Resultado financeiro	34
20. Instrumentos financeiros e gestão de riscos	35
21. Aspectos ambientais	38
22. Seguros	39
23. Eventos Subsequentes	39

Notas Explicativas



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Este assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre este assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Notas Explicativas



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa 3.1, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter tal infraestrutura, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$ 3.695.151 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 – *Revenue from contract with customer*) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo.

Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de *performance* satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de *performance*, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de *performance* identificada, e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de *performance* previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (vi) análise da eventual existência de contrato oneroso; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (viii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Com base no resultado dos procedimentos auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Notas Explicativas



Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Notas Explicativas



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

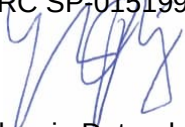
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC RJ-090174/O

Notas Explicativas

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo			
<u>Circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	438.542	209.436
Depósitos vinculados	9	18.988	23.910
Contas a receber	5	51.972	44.495
Tributos a recuperar	7	3	1.541
Ativo de contrato de concessão	8	306.004	272.212
Sobressalentes		9.624	8.458
Outros ativos		3.587	4.080
		828.720	564.132
<u>Não circulante</u>			
<u>Realizável a longo prazo</u>			
Depósitos vinculados	9	38.526	37.990
Contas a receber	5	403	202
Depósitos judiciais		1.472	1.515
Tributos a recuperar	7	2.473	2.290
Ativo de contrato de concessão	8	3.389.147	3.365.087
Imobilizado		311	342
Intangível		191	347
		3.432.523	3.407.773
Total do ativo		4.261.243	3.971.905
Passivo e patrimônio líquido			
<u>Circulante</u>			
Fornecedores	10	17.044	7.195
Debêntures	11	82.059	86.599
Tributos a recolher	7	9.863	10.788
Dividendos a pagar	16.3	40.633	21.788
Partes relacionadas	6	6.541	3.804
Provisões	12	1.689	2.865
Encargos setoriais		6.003	4.152
PIS e COFINS diferidos	13	2.833	2.890
		166.665	140.081
<u>Não circulante</u>			
Fornecedores	10	38.845	49.442
Debêntures	11	1.209.758	1.245.754
Provisões	12	8.953	11.176
PIS e COFINS diferidos	13	311.196	308.250
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	249.561	251.907
Parcela de ajuste	15	411.805	119.820
		2.230.118	1.986.349
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	16.1	1.687.300	1.687.300
Reserva legal	16.2	57.390	47.276
Reserva de incentivos fiscais	16.2	61.751	32.125
Reserva de lucros	16.2	58.019	78.774
		1.864.460	1.845.475
Total do passivo e patrimônio líquido		4.261.243	3.971.905

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais, exceto lucro por ação

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	17	405.765	335.797
Remuneração do ativo de contrato de concessão		344.118	338.397
Receita operação e manutenção, deduções e outras, líquidas		61.647	(2.600)
Custos de serviços prestados	18	(21.593)	(35.268)
Lucro bruto		384.172	300.529
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(28.422)	(23.582)
Outras receitas operacionais, líquidas		2.293	3.103
		(26.129)	(20.479)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		358.043	280.050
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		46.858	19.791
Despesas financeiras		(142.930)	(158.916)
		(96.072)	(139.125)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		261.971	140.925
Imposto de renda e contribuição social	14.b		
Corrente		(62.047)	(13.225)
Diferido		2.346	(21.499)
		(59.701)	(34.724)
Lucro líquido do exercício		202.270	106.201
Lucro básico e diluído por ação	16.4	0,120	0,063

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022

Em milhares de reais

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	202.270	106.201
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	202.270	106.201

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais

		Reserva de lucros					Total Patrimônio líquido
Nota	Capital social	Distribuição de dividendos adicionais	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva de incentivo fiscal	Lucros Acumulados	
Em 31 de dezembro de 2021	1.687.300	38.986	41.966	13.410	18.386	-	1.800.048
Dividendos adicionais aprovados	-	(38.986)	-	-	-	-	(38.986)
Lucro líquido do exercício	16.3					106.201	106.201
Destinação do resultado do exercício:							
Constituição de reservas	16.3	-	5.310	-	13.739	(19.049)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	-	-	-	-	(21.788)	(21.788)
Dividendos propostos adicionais	16.3	65.364				(65.364)	-
Em 31 de dezembro de 2022	1.687.300	65.364	47.276	13.410	32.125	-	1.845.475
Dividendos adicionais aprovados	16.3	(65.364)	-	-	-	-	(65.364)
Distribuição de reservas	16.3	-	-	(13.410)	-	-	(13.410)
Lucro líquido do exercício	16.3					202.270	202.270
Dividendos intercalares pagos	16.3	-	-	-	-	(63.878)	(63.878)
Destinação do resultado do exercício:							
Constituição de reservas	16.3	-	10.114	-	29.626	(39.740)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	-	-	-	-	(40.633)	(40.633)
Dividendos propostos adicionais	16.3	58.019	-	-	-	(58.019)	-
Em 31 de dezembro de 2023	1.687.300	58.019	57.390	-	61.751	-	1.864.460

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro antes imposto de renda e da contribuição social		261.971	140.925
Ajustes de:			
Remuneração do ativo de contrato de concessão	8	(344.118)	(338.397)
Juros sobre debêntures	11	133.275	150.454
Amortização do custo de transação	11	4.325	4.311
Depreciação e amortização		191	176
Rendimentos sobre depósitos vinculados	19	(6.723)	(5.771)
Provisão, reversão e atualização de contingências		1.781	1.563
Baixa de sobressalentes		40	99
Provisão para devedores duvidosos		7.269	2.606
Pis e Cofins diferidos		2.889	3.529
Provisão\Reversão para indisponibilidade - PVI		(19.496)	24.451
Variação no capital circulante:			
Contas a receber		4.549	(38.521)
Partes relacionadas		2.737	3.725
Tributos a recuperar		1.355	15.272
Ativo de contrato de concessão	8	286.266	275.997
Sobressalentes		(1.859)	(2.077)
Fornecedores		(748)	4.837
Tributos a recolher		(7.702)	(1.361)
Provisões	12	(4.567)	(4.206)
Encargos setoriais		1.851	1.556
Parcela de ajuste		291.985	119.820
Outros ativos e passivos		149	127
Caixa gerado nas operações		615.420	359.115
Juros pagos sobre debêntures	11	(72.888)	(75.020)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(55.270)	(5.161)
Depósitos judiciais		43	611
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		487.305	279.545
Baixa de intangíveis/imobilizado		378	203
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		378	203
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Amortização de principal de debêntures	11	(105.248)	(73.883)
Depósitos vinculados		11.109	(1.318)
Pagamento de dividendos		(164.438)	(51.171)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(258.577)	(126.372)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		229.106	153.376
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	209.436	56.060
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	438.542	209.436
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		229.106	153.376

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Demonstrações dos valores adicionados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		452.423	402.410
Remuneração do ativo de contrato de concessão	17	344.118	338.397
Receita de operação e manutenção	17	26.748	25.788
Outras receitas		81.557	38.225
Insumos adquiridos de terceiros		(28.962)	(41.645)
Serviços de terceiros		(19.747)	(31.180)
Materiais, energia e outros		(9.215)	(10.465)
Valor adicionado bruto		423.461	360.765
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		423.461	360.765
Valor adicionado líquido recebido em transferência		46.858	19.791
Receitas financeiras	19	46.858	19.791
Valor adicionado total a distribuir		470.319	380.556
Distribuição do valor adicionado		470.319	380.556
Pessoal	18	21.424	15.994
Impostos, taxas e contribuições		103.695	99.445
Remuneração de capital de terceiros	19	142.930	158.916
Remuneração de capital próprio		202.270	106.201
Valor adicionado total distribuído		470.319	380.556

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. ("Norte Brasil" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, CNPJ nº 09.625.321/0001-56, de capital aberto e prazo indeterminado, domiciliada no Brasil, com endereço em Brasília/DF, constituída em 6 de maio de 2008, tendo como objeto social, único e exclusivo, a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela Linha de Transmissão Coletora Porto Velho (RO) - Araraquara 2 (SP), nº 2, em Corrente Contínua, em 600kV bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Norte Brasil encontra-se em operação comercial desde 4 de novembro de 2014, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

A Companhia não desenvolveu, no exercício em 31 de dezembro de 2023, atividades não vinculadas ao objeto de sua concessão.

1.1. Concessão

A Companhia detém a concessão do serviço público de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão nº 016/2009 – ANEEL de 26 de fevereiro de 2009, pelo prazo de 30 anos, contados a partir da data de sua celebração, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica caracterizadas no Anexo 6G-CC do Edital do Leilão 007/08-ANEEL.

O prazo de duração da Companhia é determinado, por ser limitado pela conclusão do seu objeto social, que se realizará após o fim da concessão outorgada à Companhia nos termos do Contrato de Concessão nº 016/2009-ANEEL ("Contrato de Concessão"), celebrado em 26 de fevereiro de 2009, entre a União e a Companhia, podendo tal concessão ser renovada nos termos do Contrato Concessão.

Em 4 de julho de 2023, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.216, homologou a nova Receita Anual Permitida - RAP do ciclo 2023/24 de R\$ 365.845 (R\$ 351.991 para o ciclo 2022/2023), com período de vigência de julho de 2023 a junho de 2024.

A linha de transmissão da Companhia foi disponibilizada para operação comercial em 25 de setembro de 2014. O Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS oficializou a entrada em operação comercial em 4 de novembro de 2014. Em dezembro de 2017, a linha de transmissão da Companhia foi definitivamente conectada ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis relevantes

As políticas contábeis relevantes aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1. Base de preparação e apresentação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras apresentam informações comparativas com o exercício anterior.

A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As demonstrações financeiras foram apresentadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva em 22 de fevereiro de 2024.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a de apresentação da Companhia.

Políticas contábeis relevantes

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

2.3. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

▪ Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, os principais ativos financeiros classificados nesta categoria são as contas a receber de clientes.

▪ Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, outros ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e depósitos vinculados.

▪ Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Esses ativos são mensurados a valor justo e mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros. A Companhia não possui ativos financeiros com estas características.

b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

c) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3.2. Passivos financeiros**a) Classificação e mensuração**

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado.

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

b) Desreconhecimento de passivo financeiro

A Companhia baixa o passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) de seu balanço patrimonial quando, e apenas quando, ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é liquidada, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e a contrapartida paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado.

2.3.3. Compensação de saldos

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4. Ativo de contrato de concessão

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Norte Brasil regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

A infraestrutura de transmissão é classificada como "Ativo de contrato de concessão". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do contrato e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o Ativo de contrato de concessão reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do Ativo de contrato de concessão, utilizando a taxa implícita definida no início do contrato. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. A taxa implícita utilizada pela Companhia incide sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

2.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

2.6. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando aplicável. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social são mensurados pelo regime de lucro real. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos, conforme determina a legislação em vigor. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, também de acordo com a legislação vigente.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses impostos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Benefício fiscal – Lucro da exploração

Devido ao fato de sua linha de transmissão e consequentemente operação estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Em virtude do benefício concedido, a Companhia possui algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDAM; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

2.7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

(a) Revisadas e Vigentes:

- CPC 50 (IFRS 17) – Contratos de Seguros
- CPC 23 (IAS 8) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o Lucro
- CPC 26 (R1) (IAS 1) e (CPC 23) (IAS 8) - Definição de omissão material

A administração da Companhia avaliou os pronunciamentos supramencionados e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras revisadas.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Revisadas e não vigentes:

- CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos (Transação de venda e retroarrendamento)
- CPC 26 (IAS 1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (classificação de passivos como circulante ou não circulante)
- CPC 03 (R2) (IAS 7) – Demonstrações do fluxo de caixa
- CPC 40 (R1) / IFRS 7 – Instrumentos financeiros

3. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas, julgamentos e premissas utilizadas pela Administração da Companhia estão relacionadas a seguir:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferidos.
- Análise de risco de crédito
- Análise de risco para a constituição de provisões, inclusive provisão para riscos fiscais, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota 12);

Adicionalmente a seguir as estimativas e julgamentos consideradas as mais críticas na elaboração destas demonstrações financeiras:

3.1. Ativo de contrato de concessão

No contrato de concessão da Companhia estão presentes duas obrigações de performance claramente identificáveis: i) a obrigação de constituição da infraestrutura que será objeto da concessão por 30 anos, ou pelo seu aprimoramento ao longo da concessão e ii) obrigação de operar e manter a infraestrutura construída disponível para o Sistema Interligado Nacional – SIN. O Ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a primeira obrigação, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo desta constituição, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Assim a Companhia faz jus a Receita de Construção durante a fase de construção do projeto, mas só fará jus ao fluxo de caixa contratado após a entrada em operação comercial do empreendimento.

O valor do Ativo de contrato de concessão das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

As premissas utilizadas pela Companhia para determinação do Ativo de contrato de concessão da concessão são as seguintes:

- **Ativo de contrato de concessão indenizável** - a Companhia reconhece o valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados, como Ativo de contrato de concessão, determinado com base nas taxas de depreciação aprovadas pela ANEEL, tendo como base o valor contábil.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Ativo de contrato de concessão amortizável pela RAP** – as adições decorrentes das ampliações, reforços ou melhorias da infraestrutura de transmissão são registradas como Ativo de contrato de concessão.
- **Remuneração do Ativo de contrato de concessão** – Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia e suas controladas incide sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa.
- **Determinação das receitas de infraestrutura** - Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.
- **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

3.2. Provisões para contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.3 Redução ao valor recuperável ("impairment")

- a. **Ativos financeiros (incluindo recebíveis)** – um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possa ser estimado de maneira confiável. A indicação de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Norte Brasil sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo pode se caracterizar como um indicativo de perda por redução ao valor recuperável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

- b. **Ativos não financeiros** - os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

3.4 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

3.5 Demonstração de fluxo de caixa ("DFC")

Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº. 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Recursos em conta corrente	6.235	243
Aplicações financeiras (i)	432.307	209.193
	438.542	209.436

- (i) Referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados por uma taxa média de 99,09% do CDI, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, com compromisso de recompra pelas instituições financeiras, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	67.205	71.754
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	(9.875)	(2.606)
Provisão para PVI (ii)	(4.955)	(24.451)
	52.375	44.697
Circulante	51.972	44.495
Não circulante	403	202
	52.375	44.697

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	55.508	68.472
Vencidos até 360 dias	10.880	3.080
Vencidos mais de 360 dias	817	202
	67.205	71.754

- (i) A Companhia na condição de agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Entretanto alguns agentes do sistema questionam judicialmente os saldos faturados e julgam os respectivos débitos como improcedentes. Em virtude do desfecho desfavorável destas discussões a Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa. A variação se refere basicamente as multas rescisórias recebidas de alguns clientes no exercício, pela baixa perspectiva de recebimento os montantes foram provisionados.
- (ii) Em 2022 a provisão constituída refere-se ao excedente da franquia do desligamento ocorrido em 21 de novembro de 2022, descontada nos AVCs de fevereiro e março de 2023. Em 2023 o montante se refere ao residual da parcela de indisponibilidade provisionado após indeferido requerimento administrativo junto à ANEEL, em decorrência de evento ocorrido em maio de 2015, penalizando a Companhia em R\$ 20,2 milhões, já descontados o montante de R\$ 15,2 milhões nos AVCs de novembro e dezembro, e o restante a ser descontado em janeiro de 2024.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Partes relacionadas

a) Transações e saldos

	Passivo		Despesa	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Evoltz Participações S.A.	6.541	3.804	(25.099)	(11.240)
	6.541	3.804	(25.099)	(11.240)

O Grupo Evoltz mantém o contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos com suas partes relacionadas, aprovado e homologado pela ANEEL por meio do Despacho N° 754, de 21 de março de 2022 tendo como critério de alocação do rateio a Receita Anual Permitida – RAP.

As transações com partes relacionadas são decorrentes de operações normais da Companhia, não se constituindo como empréstimos ou transações não usuais. Sobre os saldos em aberto não há incidência de juros e atualização monetária.

b) Remuneração do membros-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores e conselheiros. A remuneração paga ou a pagar ao membros-chave da Administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Salários e honorários	3.349	2.191
Encargos sociais	663	438
	4.012	2.629

7. Tributos

a) A recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social	-	1.541
Outros tributos a recuperar	3	-
	3	1.541
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social - CSLL (i)	2.473	2.290
	2.473	2.290

- (i) Referem-se ao pedido de restituição de saldos negativos de contribuição social de 2015, no qual aguardamos pronunciamento da Receita Federal para recebimentos pecuniários atualizados monetariamente.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) A recolher

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social	4.668	4.436
Programa de Integração Social – PIS	862	1.039
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4.013	4.812
Outros tributos a recolher	320	501
	9.863	10.788

8. Ativo de contrato de concessão

Abaixo a movimentação do ativo de contrato:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	3.637.299	3.574.899
Remuneração do ativo de contrato	344.118	338.397
Amortização do ativo de contrato	(286.266)	(275.997)
Saldo Final	3.695.151	3.637.299
Circulante	306.004	272.212
Não circulante	3.389.147	3.365.087

Contrato de concessão de serviços

A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão (Nota 1):

- **Receita Anual Permitida - RAP** - A prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.
- **Faturamento da receita de operação, manutenção e construção** - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente.
- **Parcela variável** - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

- **Ativo de contrato de concessão indenizável** - Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado regulatório.

- **Renovação ou rescisão** - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.
- **Aspectos ambientais** - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de transmissão.
- **Descumprimento de penalidades** - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Depósitos vinculados

A Companhia possui contas reservas vinculadas as obrigações contratuais referentes a 1ª emissão de debêntures, cuja remuneração está baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI (Nota 11). A conta reserva do serviço da dívida deverá manter saldo correspondente a próxima prestação a vencer de amortização do principal e juros. Adicionalmente, de acordo com a mecânica estabelecida no contrato de cessão fiduciária a Companhia deverá depositar mensalmente o valor equivalente a um sexto da próxima prestação vincenda em conta vinculada. Os recursos possuem destino específico e exclusivo para o serviço da dívida, conforme saldos demonstrados abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	18.988	23.910
Não circulante	38.526	37.990
	57.514	61.900

10. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços	55.784	56.607
Outros	105	30
	55.889	56.637
Circulante (i)	17.044	7.195
Não circulante (i)	38.845	49.442
	55.889	56.637

- (i) Refere-se a principalmente a passivo assumido em função de acordo judicial em outubro de 2019, no montante de R\$ 85,4 milhões (R\$ 45 milhões pagos em 2019), sendo o montante de R\$ 40 milhões remanescentes a serem pagos através de confissão de dívida para pagamento em três parcelas assim distribuídas: R\$ 10 milhões em 31.10.2024 (saldo em curto prazo, montante atualizado de R\$ 12,9 milhões), R\$ 15 milhões em 31.10.2025 e R\$ 15 milhões em 31.10.2026 (saldo em longo prazo, montante atualizado de R\$ 38,8 milhões) que por meio de transferência de direito creditórios será pago para Zonda Fundo de Investimentos corrigido pelo IPCA.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Debêntures

	Modalidade	Taxa anual de juros (a.a)	Vencimento	Moeda	Montante liberado	31/12/2023			31/12/2022		
						Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
1ª Emissão	Debêntures	IPCA+7,15%	15/09/2026	R\$	200.000	30.717	155.004	185.721	36.903	197.115	234.018
2ª Emissão	Debêntures	IPCA+5,07%	15/11/2030	R\$	1.000.000	55.622	1.077.374	1.132.996	53.941	1.075.619	1.129.560
Subtotal debêntures						86.339	1.232.378	1.318.717	90.844	1.272.734	1.363.578
1ª Emissão	Custo de transação					(648)	(1.135)	(1.783)	(598)	(1.890)	(2.488)
2ª Emissão	Custo de transação					(3.632)	(21.485)	(25.117)	(3.647)	(25.090)	(28.737)
Total líquido de debentures						82.059	1.209.758	1.291.817	86.599	1.245.754	1.332.353

Em 15 de setembro de 2013, a Companhia realizou a 1ª emissão de 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantias adicionais fidejussórias, em duas séries, com valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando R\$ 200.000. A oferta restrita teve início no dia 21 de outubro de 2013 e foi encerrada no dia 24 de outubro de 2013 e o montante líquido recebido pela Companhia foi de R\$ 195.230.

Em 15 de novembro de 2020, a Companhia realizou a 2ª emissão de 1.000.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real quirográfica, a ser convolada na espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 totalizando R\$ 1.000.000. Em 28 de dezembro de 2020, a Companhia recebeu o montante líquido de R\$ 963.620. Os recursos obtidos foram destinados à liquidação antecipada da totalidade do saldo devedor pela Companhia do empréstimo junto ao Banco BNDES e quitação antecipada na totalidade de Notas Promissórias, série única, ambos em 29 de dezembro de 2020.

Abaixo segue movimentação das Debêntures:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	1.332.353	1.326.489
Juros provisionados	133.275	150.454
Custo de transação	4.325	4.313
Amortização de juros	(72.888)	(75.020)
Amortização de principal	(105.248)	(73.883)
Saldo final	1.291.817	1.332.353

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As parcelas de longo prazo têm vencimento nos seguintes anos:

	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Debêntures	116.979	145.842	167.275	802.282	1.232.378

11.2. Garantias concedidas

Para ambas as emissões, as garantias são:

- Cessão fiduciária das ações ordinária nominativas da Companhia, e
- Direitos Creditórios provenientes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica.

Porém para a 2º emissão de debentures, essas garantias são dadas sob condição suspensiva, ou seja, só passam ser dadas em garantia após a liquidação da 1º emissão.

11.3. Cláusulas restritivas (“covenants”)

Os principais “covenants” da Companhia referentes às debêntures estão descritos abaixo:

- Redução do capital social da Emissora sem anuência dos Debenturistas;
- Cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, sem a prévia autorização dos Debenturistas;
- Relatório consolidado da memória de cálculo (com todas as rubricas) do ICSD (mínimo 1,30). Referido índice financeiro, são calculados a partir da (i) razão entre o EBITDA ajustado e o serviço da dívida, maior ou igual a 1,30 até a quitação integral das obrigações previstas na Escritura da 1ª Emissão ou 1,20 após a quitação integral das obrigações previstas na Escritura da 1ª Emissão;
- Protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor unitário ou agregado não ultrapasse R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para a 1ª Emissão de debêntures e R\$ 30.000 para a 2ª Emissão de Debêntures;
- Alienação e/ou constituição e/ou prestação pela Emissora, de quaisquer ônus, gravames, garantias e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza, de propriedade ou titularidade, da Emissora, em benefício de qualquer terceiro;
- Vencimento antecipado ou inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira que esteja sujeita a Emissora que não sejam decorrentes desta emissão, em montante igual ou superior a R\$ 20.000 para a 1ª Emissão de debêntures e R\$ 30.000 para a 2ª Emissão de Debêntures, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do inadimplemento;
- Apresentar e divulgar em até 90 dias contados da data do encerramento de cada exercício social as demonstrações financeiras auditadas, acompanhadas do relatório da administração;
- Manter válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora;

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Manter vigentes as apólices de seguros necessárias para a cobertura do Projeto, conforme as práticas usuais de mercado na data de celebração desta Escritura de Emissão;
- Não conceder mútuos ou financiamentos ou distribuir dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de recursos, a seus acionistas, empresas controladoras ou coligadas, exceto no caso de estar apresentando o ICSD conforme obrigação prevista nas escrituras de debêntures.
- Não constituir, em favor de terceiros, garantias sobre os Direitos Creditórios, com exceção da cessão fiduciária em garantia compartilhada nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
- Para 1ª emissão de debêntures manter depositado nas Contas Reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela Companhia, os valores correspondentes a próxima parcela vincenda de principal e juros;
- Manter sempre válidas e exigíveis as Garantias da Emissão
- Manter o relatório de risco atualizado anualmente até a data de vencimento, bem como divulgar (ou deixar que a agência de rating divulgue) os relatórios com as súmulas das classificações risco
- Não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros, os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na Escritura de Emissão, sem prévia anuência dos Debenturistas

Em 31 de dezembro de 2023, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de debêntures vigentes estão devidamente observadas e cumpridas pela Companhia até a presente data.

12. Provisões

	31/12/2023	31/12/2022
Ambientais	6.160	8.262
Fundiárias	3.825	2.754
Sobressalentes	-	613
Provisão para contingências	657	2.412
	10.642	14.041
Circulante	1.689	2.865
Não circulante	8.953	11.176
	10.642	14.041

Provisões ambientais

Referem-se à provisão de contratação de serviços para atendimento às condicionantes do licenciamento ambiental. Entre os principais destacam-se programas de fauna, educação ambiental, comunicação social, diagnóstico socioambiental, gestão ambiental, reposição florestal, compensação ambiental, dentre outros.

Fundiárias

Correspondem às ações de natureza fundiária e indenizatória relacionadas à liberação de faixa de servidão da linha de transmissão.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sobressalentes

Referem-se à aquisição de materiais e peças sobressalentes para formação de reserva técnica para possíveis reposições.

Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza regulatória, trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Companhia consubstanciada na avaliação do departamento jurídico interno e na opinião de seus assessores jurídicos externos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

a) Movimentação das provisões

	Ambientais	Fundiárias	Sobressalentes	Contingências	Outras provisões	Total
Em 31 de dezembro de 2021	10.398	3.861	613	1.792	20	16.684
Adições	-	492	-	923	-	1.415
Atualizações	178	293	-	210	-	681
Reversões	-	-	-	(513)	(20)	(533)
Pagamentos (i)	(2.314)	(1.892)	-	-	-	(4.206)
Em 31 de dezembro de 2022	8.262	2.754	613	2.412	-	14.041
Atualizações	814	1.763	-	105	-	2.682
Reversões	-	(65)	(613)	(836)	-	(1.514)
Pagamentos (i)	(2.916)	(627)	-	(1.024)	-	(4.567)
Em 31 de dezembro de 2023	6.160	3.825	-	657	-	10.642

(i) Referente principalmente a amortização da condicionante à LO N° 1.265 de acordo com cronograma de pagamento a encerrar-se em 30 de julho de 2024, vide NE 20 – Aspectos Ambientais.

b) Passivos contingentes

A Companhia é parte integrante em processos judiciais com riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, para os quais nenhuma provisão foi constituída em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, em conformidade com o CPC 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

	31/12/2023	31/12/2022
Tributário (i)	4.734	2.947
Regulatório (ii)	20.812	97.435
Ambiental (iii)	4.646	4.117
Trabalhista	1.609	173
Fundiário	3.419	2.571
	35.220	107.243

(i) Referem-se basicamente ao auto de infração exigindo o pagamento de débitos de ICMS – DIFAL referentes a saídas e entradas (respectivamente) de bens transferidos de outros estabelecimentos de sua própria titularidade do Estado de Goiás, a variação se refere basicamente a inclusão de uma nova ação ajuizada de DIFAL do Estado do Mato Grosso.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Refere-se a Recurso Administrativo, com pedido de medida cautelar, interposto pela Companhia, com vistas à suspensão da aplicação da Parcela Variável por Indisponibilidade – PVI sobre as suas receitas, em decorrência de desligamentos provocados pela queda de torres de transmissão entre os dias 13 e 14 de outubro de 2020, ocasionado por eventos climáticos extraordinários, e, no mérito, o cancelamento da aplicação da PVI. A variação se refere a (i) requerimento administrativo junto à ANEEL, em 21 de setembro de 2019, para impedir desconto de PVI, indeferido em 12 de setembro de 2023 pelo despacho nº 3.376 sendo o desconto da parcela variável reconhecida pela Companhia, conforme nota 5; e, (ii) Ação visando afastar a aplicação a PVI, em decorrência dos eventos ocorridos em outubro de 2021, que, em 24 de outubro de 2023, a ANEEL via Despacho nº 3.909 indeferiu o pleito. À luz da decisão, a Administração da Companhia decide não questionar a referida decisão, e a mesma não acarretará penalidades a Companhia.
- (iii) Refere-se a autos de infração, ainda na esfera administrativa, lavrados pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA, por danos ao meio ambientais e descumprimento de condicionantes.

c) Garantias judiciais e fianças

A Companhia oferece garantias como ferramenta de condição legal para circunstâncias específicas. Isso não implica pagamento antecipado, nem reconhecimento da condenação. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui garantias legais para contingências de direito regulatório e fundiário.

13. PIS e COFINS diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
PIS diferido	56.022	55.508
COFINS diferido	258.007	255.632
	314.029	311.140
Circulante	2.833	2.890
Não circulante	311.196	308.250
	314.029	311.140

Os montantes refletem os efeitos fiscais diferidos do PIS e da COFINS na aplicação dos procedimentos contábeis relacionados ao CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

14. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos apresentados no balanço patrimonial

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias, líquidas	(329.650)	(371.295)
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	80.089	119.388
	(249.561)	(251.907)

b) Reconciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	261.971	140.925
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(89.070)	(47.915)
Reserva de incentivo fiscal	29.626	13.739
Outras adições	(257)	(548)
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no exercício	(59.701)	(34.724)
Correntes	(62.047)	(13.225)
Diferidos	2.346	(21.499)
	(59.701)	(34.724)
Alíquota efetiva	23%	25%

c) Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

O ativo diferido de imposto de renda e contribuição social foram reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses saldos a partir de projeções de resultados tributários futuros preparados pela Administração. Tais projeções foram elaboradas com base em premissas e julgamentos internos, bem como projeções de cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Companhia espera realizar integralmente os IRPJ e CSLL diferidos ativos registrados em 31 de dezembro de 2023 de acordo com o seguinte cronograma futuro, com base no prejuízo fiscal e base negativa:

	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
IRPJ e CSLL diferidos	10.246	6.611	8.914	11.338	42.980	80.089

15. Parcela de ajuste

A Companhia pleiteia judicialmente indenização de 562 dias de Receita Anual Permitida (RAP) não recebidos no início da operação, sendo o montante total pleiteado de R\$ 541.970.

Embora a ação esteja sujeita a recurso, a ANEEL em cumprimento a uma decisão judicial do Tribunal Federal (TRF-1) incluiu um adicional de R\$ 270.985 no processo tarifário de 2022 da Companhia, que corresponde a 50% do montante da indenização, que foi pago em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas de setembro/2022 a junho/2023, e os 50% remanescentes no ciclo 2023-2024 da RAP, sendo o montante total atualizado de R\$ 279.044.

Os efeitos dessa decisão foram apurados pela Companhia considerando o CPC 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, dado que não foi homologado o trânsito em julgado da ação, o ativo (Receita) não deve ser reconhecido. Visando a adequação das normas contábeis, a Companhia registrou o ingresso do recurso como “Caixa e equivalentes de caixa”, tendo a sua contrapartida como “Parcela de ajuste”. Concluindo, apesar de corresponder a um acréscimo no ativo da Companhia, o ganho não é certo, permanecendo, assim, a obrigação de não registrar a receita até o trânsito em julgado da ação. A primeira parcela foi recebida em outubro de 2022 via P.A (“Parcela de ajuste”), no AVC referente a setembro de 2022, e assim tem se seguido desde então, mensalmente, totalizando nesta data base R\$ 411.805, líquido dos respectivos efeitos fiscais (R\$ 119.820 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social da Companhia é representado por 1.687.300.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Quantidade de ações	Participação %
Evoltz Participações S.A.	860.523.002	51,0%
Leovac Participações S.A.	826.776.995	49,0%
12365359 Canada Inc	1	0,0%
12365341 Canada Inc	1	0,0%
12365367 Canada Inc	1	0,0%
	1.687.300.000	100,0%

16.2. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício social, limitada a 20% do capital social, em atendimento à legislação societária brasileira em vigor.

b) Reserva de retenção de lucros

O saldo final da Reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2023 se constitui do saldo remanescente de lucros acumulados. O montante de 2022 foi distribuído via dividendos em 19 de abril de 2023.

c) Reserva de incentivo fiscal

Incentivo fiscal do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Goiás, concedidos pela SUDAM. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada na demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e a legislação fiscal vigente.

16.3. Dividendos

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 14 de abril de 2023, foi aprovada a distribuição dos dividendos adicionais propostos em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 65.364, e, adicionalmente, a distribuição da reserva de lucros no montante de R\$ 13.410. Em 19 de abril de 2023 foram pagos aos acionistas o total de R\$ 100.000 de dividendos, sendo R\$ 21.788 dos dividendos mínimos obrigatórios, R\$ 64.802 dos dividendos adicionais propostos e R\$ 13.410 das reservas de lucros de exercícios anteriores. Em 7 de novembro de 2023 foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária a declaração de dividendos intercalares no montante de R\$ 63.878 com base nas demonstrações financeiras levantadas em 30 de junho de 2023, pagos em 16 de novembro de 2023.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	202.270	106.201
Reserva legal (5%)	(10.114)	(5.310)
Reserva de incentivo fiscal – SUDAM	(29.626)	(13.739)
Lucro base para determinação dos dividendos	162.530	87.152
% dividendos	25%	25%
Dividendos mínimo obrigatório	40.633	21.788
Dividendos intercalares pagos	63.878	-
Dividendos adicionais propostos	58.019	65.364

16.4. Lucro por ação

O cálculo do lucro básico por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Número de ações ordinárias no início do período (milhares)	1.687.300	1.687.300
Número de ações ordinárias ao término do período (milhares)	1.687.300	1.687.300
Lucro líquido do exercício	202.270	106.201
Número médio ponderado das ações ordinárias no exercício (milhares)	1.687.300	1.687.300
Lucro básico e diluído por ação	0,120	0,063

A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que devam ser considerados para o cálculo do resultado por ação diluído referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Consequentemente, o resultado por ação básico e diluído são iguais.

17. Receita líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta		
Remuneração do ativo de contrato de concessão	344.118	338.397
Receita de operação e manutenção	26.748	25.788
Outras receitas (i)	99.534	59.678
	470.400	423.863
Deduções da receita		
Impostos sobre serviços (PIS e COFINS) (ii)	(27.011)	(49.068)
Encargos do setoriais	(17.354)	(14.442)
Provisão de parcela variável de indisponibilidade (PVI)(iii)	(20.270)	(24.556)
	(64.635)	(88.066)
Receita líquida	405.765	335.797

(i) Refere-se a diferença entre a amortização do ativo de contrato e o recebimento (AVC).

(ii) A variação refere-se a reversão de PIS e COFINS constituída no exercício de 2022 no montante de R\$ 11,1 milhões apurado sobre a parcela de ajuste, preservando os impactos no resultado até o trânsito e julgado da ação.

(iii) Refere-se aos eventos de indisponibilidade conforme nota 5.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2023	31/12/2022
Operação e Manutenção - O&M		
- Receita	26.748	25.788
- Custos (a)	(19.686)	(34.247)
Margem (R\$)	7.062	(8.459)
Margem percebida (%)	26,40%	(32,80%)

(a) Para avaliação das margens de Operação e Manutenção percebidas, estão sendo considerados os custos recorrentes da operação da Companhia. Foram desconsiderados para a base do cálculo os custos não recorrentes de contingências, uma vez que não estão diretamente ligados a operação e manutenção dos ativos de contrato da Companhia.

18. Custos e Despesas operacionais

	Custos		Despesas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal (i)	(7.090)	(5.187)	(14.334)	(10.807)
Serviços de terceiros (ii)	(12.736)	(24.717)	(7.011)	(6.463)
Meio ambiente	(1.773)	(806)	-	(189)
Contingências	(1.907)	(1.021)	790	(980)
Seguros	(1.754)	(2.059)	(67)	(128)
Provisão para devedores duvidosos (iii)	-	-	(7.269)	(2.606)
Recuperação de despesas (iv)	6.279	1.055	-	-
Outras custos e despesas	(2.612)	(2.533)	(531)	(2.409)
	(21.593)	(35.268)	(28.422)	(23.582)

- (i) A partir de março de 2022 a Companhia passa a fazer parte do rateio dos macroprocessos compartilhados de custos e despesas com pessoal, vide nota 6.
- (ii) A redução se refere principalmente a substituição do principal fornecedor de serviços de O&M da Companhia com uma redução no montante total de R\$ 9,4 milhões nos exercícios comparados.
- (iii) Refere-se aos impactos de provisão de inadimplentes, conforme nota 5.
- (iv) Ressarcimento das perdas incorridas pelos incidentes de quedas de torres ocorrido em outubro de 2021. Desta forma, em dezembro de 2023 a Companhia recebeu o montante de R\$ 6,2 milhões de indenização da seguradora.

19. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	39.850	12.630
Rendimentos de depósitos vinculados	6.723	5.771
Atualização monetária	213	798
Outras receitas financeiras	72	592
	46.858	19.791
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(133.275)	(150.454)
Apropriação do custo de transação	(4.325)	(4.311)
Outras despesas financeiras	(5.330)	(4.151)
	(142.930)	(158.916)
Resultado financeiro	(96.072)	(139.125)

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) O Aumento refere-se aos rendimentos extraordinários obtidos pelo aumento de caixa através do montante recebido de RAP adicional, conforme nota 15.

20. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

20.1. Gestão de riscos

As atividades exercidas pela Companhia estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e risco de inflação), risco de crédito e risco de liquidez. O Modelo de Gestão de Risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é controlada pelo Departamento Financeiro Corporativo que identifica e avalia os riscos financeiros com a colaboração direta dos segmentos corporativos da Companhia, quantificando os mesmos por projeto, área e sociedade.

As normas internas de gestão proporcionam políticas escritas para a gestão de risco global, assim como para as áreas concretas como risco cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez, emprego de instrumentos de cobertura e derivativos.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

a) Riscos de mercado

É o risco de alterações em variáveis de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

- **Risco de taxa de juros** – Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros sobre a despesa financeira associada as debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, o perfil dos passivos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Debêntures – IPCA

31/12/2023

1.318.717

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia atuando no segmento de transmissão é atualizada anualmente por índices de inflação- IPCA. Em caso de deflação, a concessionária terá suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação a concessionária poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

b) Riscos de crédito

É o risco de incorrer em perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros. Neste sentido, as principais exposições ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa** – Nota 4

Para controlar o risco de crédito do caixa e equivalentes de caixa, a Companhia possui critérios que estabelecem que as contrapartes devam ser sempre instituições financeiras de 1ª linha e dívida pública de alto nível de qualificação de crédito assim como política estabelecida de limites máximos a investir ou contratar com revisão periódica dos mesmos.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

▪ Contas a receber (concessão do serviço público) – Nota 5

A Administração entende que há riscos mínimos de crédito em relação aos seus clientes, pois o Contrato de Uso Sistema de Transmissão – CUST, celebrado entre a Companhia e o ONS, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia – CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

A RAP de uma Companhia de transmissão é recebida das companhias que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro e deste modo o risco de crédito é baixo.

c) Risco de liquidez

É o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A política de liquidez e de financiamento da Companhia tem como objetivo assegurar a disponibilidade de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros.

Os prazos de liquidação dos passivos financeiros não derivativos, como debêntures, estão divulgados na Nota 11. Os saldos relacionados a fornecedores, reconhecidos pela Companhia como passivo financeiro não derivativo, possuem prazo de liquidação para os próximos 12 meses.

A Companhia tem debêntures que contêm cláusulas restritivas. O não cumprimento destas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia liquide tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxo de pagamentos. Em 31 de dezembro de 2023, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de debêntures vigentes foram cumpridas (nota 11).

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento dos principais instrumentos financeiros não derivativos detidos pela Companhia:

	31/12/2023			
	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Após 5 anos
Partes relacionadas	6.541	-	-	-
Fornecedores	4.096	12.948	38.845	-
Debêntures	43.170	43.169	430.096	802.282
	53.807	56.117	468.941	802.282
				1.381.147

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2022				
	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Partes relacionadas	3.804	-	-	-	3.804
Fornecedores	7.195	-	49.442	-	56.637
Debêntures	45.422	45.422	364.081	908.653	1.363.578
	56.421	45.422	413.523	908.653	1.424.019

20.2. Gerenciamento do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal.

A Companhia monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de debêntures assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de debêntures menos o caixa e equivalentes de caixa e dividido por seu patrimônio líquido. A Administração também monitora o nível de dividendos para os acionistas.

O índice de endividamento está apresentado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Dívida	1.318.717	1.363.578
Caixa e equivalentes de caixa	(438.542)	(209.436)
Depósitos vinculados	(57.514)	(61.900)
Dívida líquida	822.661	1.092.242
Patrimônio líquido	1.864.460	1.845.475
Índice de endividamento líquido (Dívida líquida/ PL)	0,44	0,59

20.3. Análise de sensibilidade dos principais instrumentos financeiros

A seguir a Companhia estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário provável – Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de juros vigentes ao final do período.

- Cenário II – Projeção deteriorada em 25% em relação ao cenário provável.

- Cenário III – Projeção deteriorada em 50% em relação ao cenário provável.

A Administração entende que o cenário provável em 31 de dezembro de 2023 para o IPCA é de 3,9% conforme expectativa de mercado.

	Taxa	Valor exposto 31/12/2023	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures– IPCA	3,90%	1.318.717	51.430	64.287	77.145
Efeito esperado no resultado do exercício e no patrimônio líquido		1.318.717	51.430	64.287	77.145

Fonte: IPCA conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana agregada), em 08 de janeiro de 2024.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20.4. Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2023				31/12/2022	
	Nota	Nível	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	438.542	-	209.436	-
Contas a receber	5	2	-	52.375	-	44.697
Depósitos vinculados	9	2	57.514	-	61.900	-
			496.056	52.375	271.336	44.697
Passivos financeiros:						
Fornecedores	10	2	-	55.889	-	56.637
Debêntures	11	2	-	1.318.717	-	1.363.578
Partes relacionadas	6	2	-	6.541	-	3.804
			-	1.381.147	-	1.424.019

20.5. Estimativa do valor justo

A Companhia aplica CPC 46 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados adotados no mercado (ou seja, inserções não observáveis).

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:

Ativos financeiros	Nível	31/12/2023	31/12/2022
Recursos em conta corrente	2	6.235	243
Aplicações financeiras	2	432.307	209.193
Depósitos vinculados	2	57.514	61.900

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Não houve transferências de nível no exercício. A Administração da Companhia entende que os valores justos de seus ativos financeiros se aproximam dos seus valores contábeis.

21. Aspectos ambientais

A Companhia, em consonância com as determinações legais vigentes, busca o atendimento na íntegra, a todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais necessárias para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção da linha de transmissão.

A licença ambiental vigente expedida à Companhia até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empreendimento	Órgão ambiental	Tipo de licença	Data de emissão	Vencimento
LT Porto Velho - Araraquara 2	IBAMA	LO N° 1265/14	27/10/2014	25/10/2020(*)

(*) A solicitação da renovação da licença de operação foi efetuada em 27/04/2020. Conforme a Lei 140/11, artigo 14, se a solicitação de renovação for realizada até 120 antes do vencimento fixado, a licença ficará automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente. A Companhia mantém suas obrigações vinculadas a LO de forma continua sendo reportado anualmente ao IBAMA por meio do relatório de atendimento as condicionantes. Seguem abaixo os programas dos órgãos intervenientes que fazem parte das condições legais para manutenção da licença ambiental vigente:

Compensação ambiental

A Lei nº 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, através de seu artigo 36, impõe ao empreendedor a obrigatoriedade de apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação da Companhia de proteção integral, quando, durante o processo de licenciamento e com fundamento em EIA/RIMA, um empreendimento for considerado como de significativo impacto ambiental.

O Comitê de Compensação Ambiental Federal – CCAF -IBAMA deliberou pela destinação do montante de total de R\$ 11.871 ao ICMBio, proveniente da compensação ambiental da Linha de Transmissão Porto Velho - Araraquara II, prevista no art.36 da Lei do SNUC (Lei N° 9.985/2000). O atendimento a Compensação Ambiental se dá por meio do Termo de Compromisso nº 20/2019 firmado junto ao ICMBio, no qual, a NBTE realiza os desembolsos trimestrais (janeiro, abril, julho e outubro), em um total de 20 parcelas no período de 5 anos, com início em outubro de 2019, finalizando em julho de 2024.

22. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Seguradora	Categoria - Ramo	Apólice/ Endosso	Vigência	Limite Indenizável
Tokio Marine	Responsabilidade civil	510.000043336	Dez/23 a Dez/24	15.000
Swiss RE	D&O (i)	51101000771	Jul/23 a Jul/24	100.000

(i) Seguro contratado pela holding Evoltz Participações S.A. e pago mensalmente pela Companhia através de notas de débito.

23. Eventos Subsequentes

O Contrato de Compra e Venda de Ações ("Contrato") firmado em 18 de dezembro 2017 entre o acionista da companhia, a Evoltz Participações ("Evoltz") e a Abengoa Concessões ("Vendedora") antigo acionista, que tem por objeto a aquisição, pela Evoltz, de participações acionárias de concessionárias de instalações para transmissão de energia elétrica, dentre elas a Norte Brasil ("companhia") prevê a obrigação da companhia da transferência de quaisquer Ativos Supervenientes à Vendedora, conforme percentuais e montantes especificados nas cláusulas do referido contrato de compra e venda.

O mesmo contrato inclui dentro da definição de ativos supervenientes a ação judicial ajuizada pela Companhia contra a ANEEL que que pleiteia o ressarcimento de prejuízos decorrentes de atrasos na entrada em operação.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O referido Contrato ainda estabelece, ao tratar da definição de Ativos Supervenientes, que na medida em que um Ativo Superveniente seja objeto de um litígio, nenhum pagamento será feito à Vendedora a menos e até que uma decisão transitada em julgado seja proferida, outorgando esse Ativo Superveniente em questão de forma definitiva.

Uma vez notificada pela Norte Brasil das movimentações financeiras acima descritas, a Vendedora solicitou à Norte Brasil que passasse a depositar o montante líquido da RAP recebida, nos termos do Contrato que possivelmente caberá à Vendedora em conta garantia de movimentação restrita "Conta Escrow".

Embora o Contrato não preveja tal obrigação de depósito de tais montantes em Conta Escrow, acordaram as Partes através do instrumento Memorando de Entendimentos celebrado em 2023, que tal medida se afigura a mais adequada para (a) garantir o recebimento pela Vendedora dos valores que eventualmente lhes caibam, e (b) prevenir a eventual geração involuntária de benefícios financeiros às Partes em desacordo com as regras sobre Ativos Superveniente do Contrato. Abaixo seguem os principais termos estabelecidos entre as partes:

i. depositar a parcela cabível à Vendedora dos valores já recebidos a título de Acréscimos na RAP, conforme memória de cálculos validada de comum acordo entre as Partes, ressalvadas as hipóteses de suspensão ou pagamento parcial de tais valores, por motivos alheios à vontade da Norte Brasil, até que cesse tal suspensão e/ou seja sanado o inadimplemento.

ii. Os valores depositados ficarão retidos na Conta Escrow enquanto perdurar a tramitação dos recursos interpostos até transitar em julgado ou houver aprovação de todas as partes para movimentação.

iii. Caso qualquer dos recursos interpostos venha ser julgado improcedente, os montantes depositados deverão ser liberados em favor da Companhia, assim como os seus rendimentos ocorridos no período, tão logo haja provimento judicial para sua devolução.

Em razão das obrigações assumidas entre as partes no referido Instrumento, a companhia procedeu o depósito em Conta Escrow no montante de R\$112 milhões em 30 de janeiro de 2024.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Este assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre este assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa 3.1, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter tal infraestrutura, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$ 3.695.151 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada, e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada

no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (vi) análise da eventual existência de contrato oneroso; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (viii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de

auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC RJ-090174/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM NO 480**

Declaramos, na qualidade de Diretores da NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, na ST SCN Quadra 01, nº 85, Bloco C, salas 1708 a 1714, Parte, Edifício BSB Trade Center, Asa Norte, CEP 70.711-902, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.625.321/0001-56 ("Companhia"), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários no 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

(i) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023; e

(ii) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Brasília, 22 de fevereiro de 2023.

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino
Diretor Presidente

Claudine Furtado Anchite
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM NO 480

Declaramos, na qualidade de Diretores da NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, na ST SCN Quadra 01, nº 85, Bloco C, salas 1708 a 1714, Parte, Edifício BSB Trade Center, Asa Norte, CEP 70.711-902, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.625.321/0001-56 ("Companhia"), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários no 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

(i) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023; e

(ii) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Brasília, 22 de fevereiro de 2023.

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino
Diretor Presidente

Claudine Furtado Anchite
Diretora Financeira e de Relações com Investidores